

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 271/2005 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 8 de Novembro de 2005, a pedido da Câmara Municipal de Loures, declarou a utilidade pública da expropriação com carácter urgente das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

Parcela 1.1, com a área de 546 m², propriedade da Sociedade Agro-Pecuária da Quinta da Boiça, L.^{da}, inscrita na matriz predial rústica da freguesia de Unhos sob o artigo n.º 1, da secção A-A1, e descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Loures sob a ficha n.º 710;

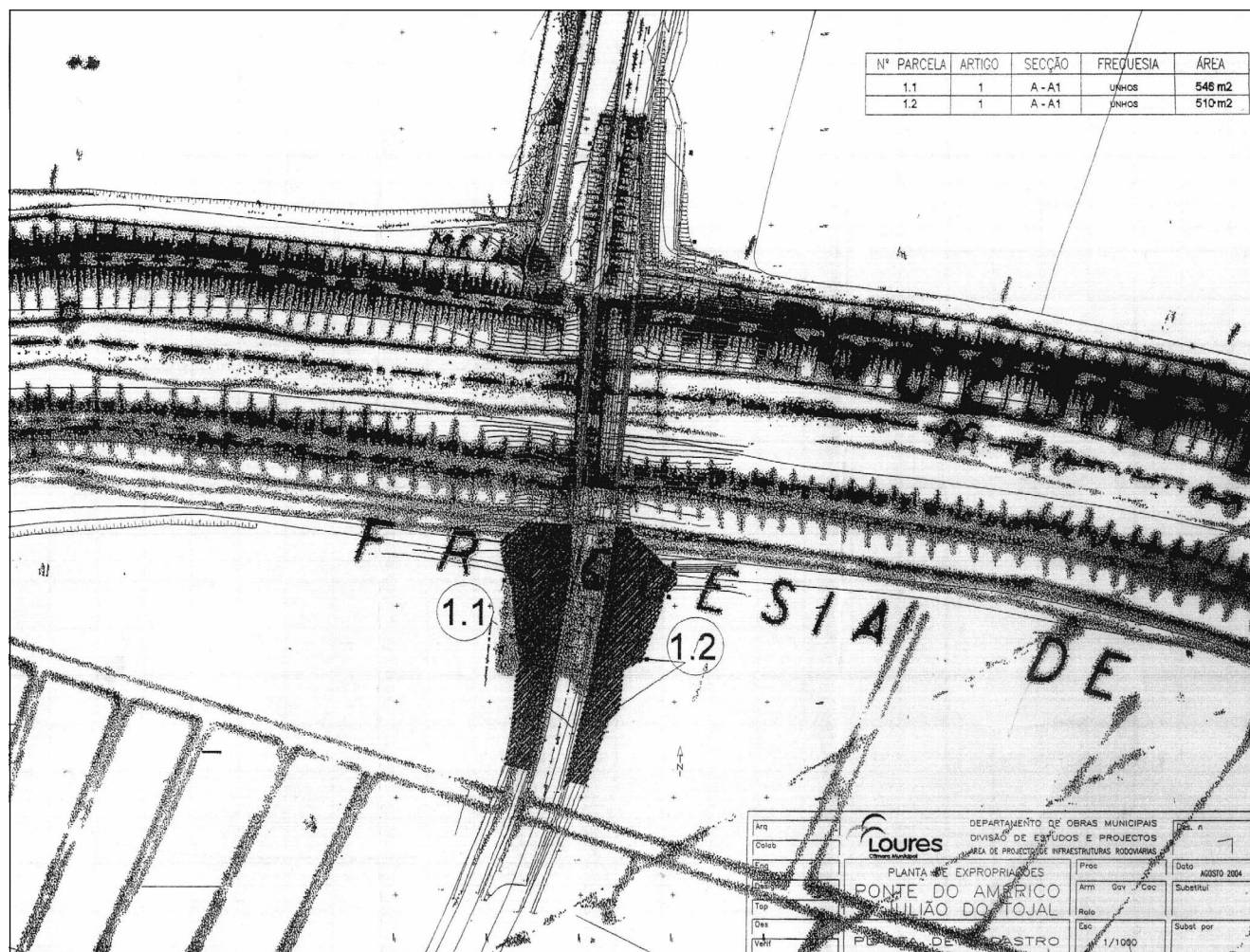
Parcela 1.2, com a área de 510 m², propriedade da Sociedade Agro-Pecuária da Quinta da Boiça, L.^{da}, descrita na matriz

predial rústica da freguesia de Unhos sob o artigo n.º 1, da secção A-A1, e descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Loures sob a ficha n.º 710.

A expropriação destina-se à construção da nova ponte do Américo — São João do Tojal — Unhos.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 122/DSJ, de 21 de Setembro de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.022.05, daquela Direcção-Geral.

24 de Novembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho conjunto n.º 1099/2005. — Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 51/2005, que republicou na íntegra a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no n.º 2 do artigo 17.º e no n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 169/95, de 15 de Julho, determinamos que o embaixador do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Gonçalo Aires de Santa Clara Gomes seja nomeado presidente da delegação portuguesa da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha, na vaga resultante da cessação de funções do ministro plenipotenciário de 1.ª classe António Chambers Antas de Campos.

O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

20 de Setembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Curriculum vitae

Gomes (Gonçalo Aires de Santa Clara) — nasceu em 19 de Novembro de 1939, em Lisboa; licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de legação, aberto em 14 de Outubro de 1963; adido de legação, na Secretaria de Estado, em 8 de Junho de 1964; terceiro-secretário de embaixada, em 1 de Agosto de 1966, na Embaixada em Caracas; em 31 de Dezembro do mesmo ano, encarregado de negócios, interino,

na Embaixada em Manágua, em comissão de serviço, em 15 de Novembro de 1968; segundo-secretário de embaixada, em 31 de Dezembro do mesmo ano, na Secretaria de Estado, em 7 de Setembro de 1969, continuando em comissão de serviço na Embaixada em Manágua, na Secretaria de Estado, em 3 de Janeiro de 1971; auditor do 40.º curso do Colégio de Defesa da NATO, em Roma, em 10 de Fevereiro a 23 de Julho de 1972; na Embaixada em Roma, em 18 de Outubro de 1974; primeiro-secretário de embaixada, em 7 de Dezembro do mesmo ano; representante permanente junto da FAO, em Junho de 1976; na Embaixada em Pretória, em 7 de Abril de 1978; conselheiro de embaixada, em 15 de Dezembro de 1979; na Secretaria de Estado, como chefe da Repartição da Europa e América da Direcção-Geral dos Negócios Políticos, em 10 de Novembro de 1980; na Embaixada em Madrid, em 23 de Agosto de 1983; ministro plenipotenciário de 2.ª classe, em 27 de Dezembro de 1985; subdirector-geral dos Negócios Políticos e Económicos, em 16 de Agosto de 1988; ministro plenipotenciário de 1.ª classe, em 8 de Agosto de 1990; representante permanente junto do Conselho da Europa, em 28 de Setembro de 1990; representante permanente junto da NUOI, em Genebra, em 27 de Janeiro de 1995; embaixador, em 19 de Setembro de 1995; embaixador em Haia, em 12 de Junho de 1999; representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 2 de Setembro de 2002, na disponibilidade em serviço em 19 de Novembro de 2004, continuando no posto até 24 de Dezembro de 2004.

Grã-cruz da Ordem do Mérito; grande-oficial da Ordem do Infante D. Henrique; grã-cruz da Ordem de Orange e Nassau, dos Países Baixos; grande-oficial da Ordem de Isabel, a Católica, de Espanha; comendador da Ordem de Leopoldo II, da Bélgica; comendador da Ordem do Rio Branco, do Brasil; comendador da Ordem da Bandeira, da Hungria; comendador da Ordem do Mérito, da Itália; comendador da Ordem da Bandeira, da Jugoslávia; comendador da Ordem de Miguel de Larreynaga, da Nicarágua; comendador da Ordem de São Silvestre, da Santa Sé; oficial da Ordem do Mérito, da França.

Despacho conjunto n.º 1100/2005. — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, nos artigos 5.º, 43.º, n.º 1, e 44.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, foi determinada por despacho conjunto de 6 de Outubro de 2005 a cessação de funções do ministro plenipotenciário de 1.ª classe António Chambers Antas de Campos do cargo de presidente da Delegação Portuguesa da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha e a sua nomeação como cônsul-geral de Portugal em Zurique, cujo extracto foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 28 de Outubro de 2005.

Considerando que o funcionário exerce igualmente, por inerência funcional, o cargo de presidente da Delegação Portuguesa na Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC), determinamos a cessação de funções do referido cargo, com efeitos à data da partida para o posto.

Consequentemente, determinamos igualmente que a data de cessação de funções de presidente da Delegação Portuguesa da Comissão Internacional de Limites entre Portugal e Espanha produza efeitos a partir daquela data.

24 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 1101/2005. — Considerando que a presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, engenheira Natércia Marília Rêgo Cabral, comunicou, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o termo da respectiva comissão de serviço;

Considerando que essa comunicação foi devidamente acompanhada pelo relatório de actividades desenvolvidas durante a respectiva comissão de serviço;

Considerando os resultados obtidos assim como a competência e dedicação demonstradas no desempenho da referida comissão de serviço e que a renovação desta foi, em conformidade, comunicada expressamente à interessada, de acordo com o n.º 1 do artigo 24.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;

Considerando o disposto nos artigos 19.º, n.ºs 1 e 4, 22.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugados com os artigos 6.º do Decreto-Lei n.º 488/71, de 9 de Novembro, e 23.º do Decreto-Lei n.º 58/2005, de 4 de Março, determina-se a renovação da comissão de serviço como presidente do Conselho Superior de Obras Públicas

e Transportes da engenheira Natércia Marília Rêgo Cabral, cujo *curriculum vitae* se publica em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

9 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

ANEXO

Currículo profissional

Nome — Natércia Marília Magalhães Rêgo Cabral.

Data de nascimento — 12 de Fevereiro de 1947.

Categoria — conselheira do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes desde 1994.

Formação académica de base:

Engenheira civil (1970);

Mestrado em Planeamento Regional e Urbano (1987);

Curso de especialização em Estudos Urbanos e Regionais.

Actividade profissional:

No Serviço de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Angola (1969-1976);

No Fundo de Fomento de Habitação (1976-1977);

No Gabinete da Área de Sines (1977-1988);

No Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (1988);

Na Direcção-Geral de Portos, como directora de serviços (1988-1993);

Na EXPO 98 como directora de projecto (1993-1996);

Na Administração do Porto de Lisboa, S. A., como presidente do conselho de administração (1996-2002);

No Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, como presidente (2003-2006).

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 1102/2005. — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 1 e 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e tendo em conta o n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de Outubro, e o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, é renovada a nomeação, em comissão de serviço, no cargo de presidente do Estádio Universitário de Lisboa do Dr. João Manuel da Silva Roquette.

2 — Atento o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado é autorizado a exercer actividade de docência no ensino superior.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2005.

13 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

Curriculum vitae

João Manuel da Silva Roquette nasceu em Lisboa, em 10 de Junho de 1960, tendo concluído a licenciatura em Educação Física no ex-Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa, em 1985, com a classificação final de 14 valores. Nesse mesmo ano de 1985 iniciou a sua carreira académica, a qual foi interrompida entre 8 de Junho de 1987 e 9 de Junho de 1989 para o cumprimento do serviço militar obrigatório na Marinha (56.º CFORN), com o número mecanográfico 00839581. Em 1992 concluiu o mestrado em Ciências do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa (FMH-UTL), com a classificação final de *Muito bom*. É docente do Departamento de Desporto da FMH — UTL desde 1985, tendo vários artigos e trabalhos publicados na área das ciências do desporto. Colabora com a Universidade de Évora, na licenciatura em Ciências da Actividade Física, desde 2002.

Requisitado pelo Instituto do Desporto para o exercício das funções de director técnico nacional da Federação Portuguesa de Judo, desde 1 de Setembro de 1994 até 1 de Setembro de 1997, foi responsável pela coordenação técnica nacional, formação, alta competição e organização das actividades desportivas. Coordenou o projecto de preparação e participação do judo nos Jogos Olímpicos de Atlanta (Projecto Atlanta 96), bem como a organização do Campeonato da Europa